



**Simulado de Direito Administrativo: Conceitos Iniciais
(CESPE/TCE-MG/2018)**

01) Considerando a origem, a natureza jurídica, o objeto e os diferentes critérios adotados para a conceituação do direito administrativo, julgue o item.

No direito administrativo, adota-se o modelo francês de jurisdição como forma de controle da administração.

Comentário:

Sistemas Administrativos
- Sistema administrativo é o regime adotado pelo Estado para correção dos atos administrativos ilegais ou ilegítimos praticados pelo Poder Público.
- É dividido em dois sistemas :
* Sistema Francês ou Contencioso Administrativo;
* Sistema Inglês ou Judiciário ou de Jurisdição Única;
Sistema Francês ou Contencioso Administrativo
- O BR NÃO ADOTA;
- Nesse sistema o poder judiciário não pode intervir nas funções administrativas do estado , estando essas funções apenas à jurisdição administrativa do Estado .
- Os atos da Administração são anulados ou julgados dentro da própria, sem ser possível o Poder Judiciário julgar .
- Com isso, é chamado também de Dualidade de Jurisdição em que existe a Jurisdição Administrativa , que julga apenas matérias administrativas , e Jurisdição Comum , que abrange o Poder Judiciário para julgar as demais matérias .
Sistema Inglês ou Judiciário ou de Jurisdição Una
- BR ADOTA;
- Nesse sistema, o Poder Judiciário tem a competência de apreciar e decidir, em julgamento , quanto a legalidade, todas as matérias do direito , sendo o único a fazer realmente a matéria transitar em julgado. Com isso, apesar de transitar em julgado, no âmbito administrativo , acionando o judiciário , é possível que este aprecie e julgue novamente a matéria .
- É expressamente previsto na CF/88 .
- CF/88, Art. 5º. XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito ; (Princípio da Inafastabilidade de Jurisdição)
- Apesar de não existir decisão definitiva dos órgãos da Administração Pública, existem alguns casos em que será preciso utilizar primeiramente a via administrativa para depois acionar o Poder Judiciário , como no caso: * Da Justiça Desportiva; * De ato administrativo ou omissão da Administração Pública que contrarie Súmula Vinculante; * De Habeas Data; .
- Os atos políticos , em regra, não estão sujeitos ao controle do Judiciário , pois é preciso respeitar o princípio da separação dos poderes , porém quando se tratar de ofensa a direitos individuais e coletivos ; e de atos políticos com vícios de constitucionalidade e legalidade é possível o controle do Judiciário ;
- O Judiciário não possui o controle do mérito administrativo da Administração Pública , ou seja, o Poder Judiciário pode dar a decisão final, mas não pode interferir na Administração Pública e fazer o que ela deveria fazer .

Gabarito: Errado.

(CESPE/TRF - 1ª REGIÃO/2017)

02) Tendo como referência a doutrina jurídica majoritária, julgue o item a seguir, a respeito de conceitos, princípios e classificações do direito administrativo.

Segundo a escola da puissance publique, as prerrogativas e os privilégios que o Estado possui frente ao particular constituem um critério definidor do direito administrativo.

Comentário:

Escola da Potestade Pública (Puissance)
Diferencia as atividades do Estado em:
* Atividades de Autoridade : O Estado atua com certa autoridade perante os particulares por meio do poder de império; (Situação Vertical)
* Atividades de Gestão : O Estado atua em pé de igualdade com o particular; (Situação horizontal).
Escola da Puissance publique estabelece que apenas as atividades de autoridade sejam que são regidas pelo Direito Administrativo;

Gabarito: Correto.



(CESPE/PGE-PE/2019)

03) Com relação à origem e às fontes do direito administrativo, aos sistemas administrativos e à administração pública em geral, julgue o item que segue.

De acordo com o critério teleológico, o direito administrativo é um conjunto de normas que regem as relações entre a administração e os administrados.

Comentário:

Teorias do Direito Administrativo	
Critério das Relações Jurídicas	
- O direito administrativo é um conjunto de normas que regem as relações entre a administração e os administrados .	
- As relações jurídicas entre Estado e Administrado são de responsabilidade do direito administrativo .	
- Crítica: O direito administrativo não é o único ramo do direito que estabelece relações jurídicas com o administrado, existindo também outros ramos como: trabalhista, tributário, penal .	
Critério Teleológico ou Finalista	
- O direito administrativo atua a partir de princípios e regras , tendo como finalidade garantir o interesse público .	
- É o sistema dos princípios jurídicos que regulam a atividade do Estado para o cumprimento de seus fins, de utilidade pública .	
- Crítica: Outros ramos do direito público também possuem a finalidade de garantir o interesse público .	
Fonte: https://johnrossadv.jusbrasil.com.br/artigos/267171044/teorias-sobre-o-direito-administrativo	

Gabarito: Errado.

(CESPE/PGM - Manaus - AM/2018)

04) Quanto às transformações contemporâneas do direito administrativo, julgue o item subsequente.

Um dos aspectos da constitucionalização do direito administrativo se refere à releitura dos seus institutos a partir dos princípios constitucionais.

Comentário:

Constitucionalização do Direito Administrativo	
- Um dos aspectos da constitucionalização do direito administrativo se refere à releitura dos seus institutos a partir dos princípios constitucionais .	
- Conforme Di Pietro, a constitucionalização do direito administrativo se divide em dois sentidos :	
* A elevação , ao nível constitucional , de matérias que eram consideradas como infraconstitucionais ;	
* Irradiação dos efeitos das normas constitucionais por todo o sistema jurídico .	

Gabarito: Correto.

(CESPE/SEFAZ-RS/2018)

05) O direito administrativo é formado por muitos conceitos, princípios, elementos, fontes e poderes. As principais fontes formais do direito administrativo, segundo a doutrina majoritária, são a doutrina, a jurisprudência e a Constituição.

Comentário:

Fontes Formais x Fontes Materiais ¹	
Fontes Formais	Fontes Materiais
Fontes que emanam do Estado criado por meios de processos formais estabelecidos pela ordem jurídicas .	Fontes produzidas fora do ambiente institucional do Estado.
Não se limitam à esfera político-administrativa , abrangendo também a esfera particular.	Ex: Jurisprudência, Doutrina e Costumes.
Ex: Constituição, Lei em Sentido Amplo.	
Fonte¹: Rafael Rezende Oliveira – Curso de Direito Administrativo 4º ED.	

Gabarito: Errado.

(CESPE/ABIN/2018)

06) Julgue o item que se segue, a respeito de aspectos diversos relacionados ao direito administrativo.

A jurisprudência administrativa constitui fonte direta do direito administrativo, razão por que sua aplicação é procedimento corrente na administração e obrigatória para o agente administrativo, cabendo ao particular sua observância no cotidiano.



Comentário:

Jurisprudência - Atividade Interpretativa
- É considerada uma fonte secundária , indireta ou subsidiária ;
- É o entendimento criado a partir de diversas decisões tomadas pelo poder judiciário com um mesmo entendimento .
- A Jurisprudência tende a nacionalizar-se , pois as suas teses são criadas em relação aos casos concretos .
- Em regra , a Jurisprudência não tem o poder de vincular a Administração Pública, ressalvados os casos:
* De decisões do STF no controle abstrato de normas , que produzem eficácia contra todos e efeito vinculante aos órgãos do Judiciário e à Administração Pública de todos os entes políticos ;
* Súmulas Vinculantes .

Gabarito: Errado.

(CESPE/FINEP/2009)

07) Julgue o item que se segue, a respeito de aspectos diversos relacionados ao direito administrativo.

O costume e a praxe administrativa são fontes inorganizadas do direito administrativo, que só indiretamente influenciam na produção do direito positivo.

Comentário:

Costumes e Praxe Administrativa
- São fontes secundárias, indiretas ou subsidiárias ;
- Trata-se da prática reiterada de atos ao longo do tempo, passando a se tornar algo normal e de convicção obrigatória.
- São aplicáveis excepcionalmente, servindo para suprir lacunas da legislação nos casos concretos;
OBS: Os Costumes não se confundem com a praxe administrativa , esta não possui uma convicção de obrigatoriedade .
OBS: Os costumes e a praxe administrativa são considerados fontes inorganizadas do direito administrativo, influenciando indiretamente na produção do direito positivo.

Gabarito: Correto.

(CESPE/PC-GO/2016)

08) A respeito de Estado, governo e administração pública, julgue o item.

Governo é o órgão central máximo que formula a política em determinado momento.

Comentário:

O Estado é que é considerado o Órgão Central Máximo.

Estado
- Sua organização se dar por matéria constitucional ;
- O Estado , conforme HELY LOPES MEIRELES, do ponto de vista sociológico , é corporação territorial dotada de um poder de mando originário ; sob o aspecto político , é comunidade de homens, fixada sobre um território, com potestade superior de ação, de mando e de coerção ; sob o prisma constitucional , é pessoa jurídica territorial soberana ; na conceituação do nosso Código Civil , é pessoa jurídica de Direito Público Interno (art. 14, I);
- De acordo com o CC/02 o Estado é uma pessoa jurídica de direito público interno capaz de possuir direitos e obrigações , podendo manter relações internas (Administrados e agentes públicos de forma ampla) ou externas (Outros países) ;
- O Estado cria as regras e se sujeita às mesmas .
- O Estado é formado por três elementos :
* Povo ;
* Território ;
* Governo Soberano .
- O Estado é dividido em três poderes :
* Legislativo ;
* Executivo ;
* Judiciário .

Gabarito: Errado.

(CESPE/TJ-CE/2014)



09) No Brasil, vigora um sistema de governo em que as funções de chefe de Estado e de chefe de governo não são concentradas na pessoa do chefe do Poder Executivo.

Comentário:

Sistema de Governo
- Está relacionado aos exercícios das funções políticas entre o Poder Legislativo e Executivo . Pode existir dois tipos de sistemas:
* Parlamentarista : Nesse sistema, o Chefe de Estado e Chefe de Governo não são a mesma pessoa . Não existe mandato por tempo determinado , o preenchimento do cargo é feito por indicações e depende da confiança do legislativo .
* Presidencialista : Nesse sistema, os poderes são independentes , o Presidente da República acumula as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo , além de possuir mandato por tempo determinado, sem depender do Legislativo para a sua investidura. (BR ADOTA) ;

Gabarito: Errado.

(CESPE/TRF - 1ª REGIÃO/2017)

10) Tendo como referência a doutrina jurídica majoritária, julgue o item a seguir, a respeito de conceitos, princípios e classificações do direito administrativo.

O conceito de administração pública, em seu aspecto orgânico, designa a própria função administrativa que é exercida pelo Poder Executivo.

Comentário:

Administração Pública em Sentido Formal, Orgânico ou Subjetivo
Conjunto de agentes, órgãos e pessoas jurídicas que executam as atividades administrativas do Estado; (Algumas BANCAS consideram que as atividades da Administração públicas são executadas apenas pela Administração Direta e Indireta);
Administração Pública em Sentido Material, Objetivo ou Funcional
* Administração Pública em Sentido Material, Objetivo ou Funcional : Consiste nas atividades exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes que possuem função administrativa do Estado ; Tal sentido está relacionado à Administração Externa ou Extroversa , que é aquela que se vincula à interação com a sociedade (administrados) ;
- São consideradas atividades da Administração Pública :
* Polícia Administrativa : Atividades de limitações ou condicionamentos aos direitos do particular com a finalidade no interesse coletivo ;
* Serviço Público : Atividades Administrativas executadas pelas entidades públicas ou por agentes delegados , sob o regime predominantemente público ;
* Fomento : procura incentivar as iniciativas privadas , de forma que estas se condicionem à utilidade pública por meio das atividades administrativas ;
* Intervenção : É a fiscalização e regulamentação da atividade das entidades de natureza privada e também a atuação direta do estado na ordem econômica , assim como nas propriedades privadas , através de desapropriação, servidão e tombamento .
OBS: Ainda existe a Administração Pública em Sentido Operacional , que é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade ;

Gabarito: Errado.